

## **Aula 11**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Direito Processual Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:

**Marcella Mendes**

29 de Maio de 2025

# SIMULADO

## Sumário

<i>Introdução</i> .....	2
<i>Questões Estratégicas</i> .....	2
<i>Gabarito</i> .....	2
<i>Questões Comentadas</i> .....	10



## INTRODUÇÃO

A resolução de questões objetivas é imprescindível para nossa preparação. Dessa forma, elaboraremos simulados periódicos para que você, querido aluno, consiga revisar a matéria e identificar a forma de cobrança do conteúdo, pelos concursos públicos, beleza?

Este Simulado contempla questões INÉDITAS e abordará os seguintes assuntos das aulas anteriores.

## QUESTÕES ESTRATÉGICAS



### 1. Sobre o procedimento comum, e de acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O procedimento comum ordinário é utilizado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou superior a 6 (seis) anos de pena privativa de liberdade.
- b) O procedimento comum sumário é utilizado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade
- c) O procedimento comum sumaríssimo é utilizado quando a pena mínima cominada não seja superior a 2 (dois) anos.
- d) O procedimento comum sumário é utilizado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- e) O procedimento comum ordinário é utilizado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for superior a 3 (três) anos de pena privativa de liberdade.

### 2. É causa de rejeição da denúncia ou da queixa, exceto:

- a) Se ela for manifestamente inepta.
- b) Se faltar pressuposto processual.
- c) Se faltar condição para o exercício da ação penal.
- d) Se faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- e) A existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.



**3. Em relação ao número de testemunhas e ao prazo para a audiência no procedimento comum, aponte a alternativa correta:**

- a) No procedimento comum ordinário, a defesa e a acusação poderão arrolar no máximo 6 (seis) testemunhas.
- b) A audiência no procedimento comum sumário deverá ser marcada em no máximo 60 (sessenta) dias.
- c) No procedimento comum sumário, a defesa e a acusação poderão arrolar no máximo 8 (oito) testemunhas.
- d) A audiência no procedimento comum ordinário, deverá ser marcada em no máximo 30 (trinta) dias.
- e) No procedimento comum sumário, a defesa e a acusação poderão arrolar no máximo 4 (quatro) testemunhas.

**4. Tendo em consideração as disposições do Código de Processo Penal sobre a audiência no procedimento comum, assinale a alternativa incorreta.**

- a) O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença.
- b) As provas serão produzidas numa só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.
- c) Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.
- d) No caso de registro por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do registro original, com posterior necessidade de transcrição.
- e) Ordenado diligência considerada imprescindível, de ofício ou a requerimento da parte, a audiência será concluída sem as alegações finais.

**5. Trata-se de disposição legal no CPP, exceto:**

- a) Os esclarecimentos dos peritos em audiência dependerão de prévio requerimento das partes.
- b) Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa. Nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.
- c) Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.
- d) Havendo mais de um acusado, o tempo previsto para a defesa de cada um será individual.
- e) O prazo máximo previsto para realização da audiência na no CPP é de 50 (cinquenta) dias.



**6. Com relação ao procedimento especial dos crimes cometidos por funcionário público, aponte a alternativa correta.**

- a) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- b) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de cinco dias.
- c) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias.
- d) É necessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514, do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial.
- e) Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, o juiz suspenderá o processo.

**7. É um princípio explícito que rege o procedimento sumaríssimo, de acordo com a lei 9.099 de 1995, exceto:**

- a) A Simplicidade.
- b) Economia processual.
- c) Celeridade.
- d) Informalidade.
- e) Incongruência.



**8. A transação penal consiste na aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas. A opção pela transação é uma verdadeira mitigação ao princípio da obrigatoriedade. De acordo com a Lei 9.099 de 1995, sobre a transação penal, é correto afirmar, exceto:**

- a) Não se admitirá a proposta, se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- b) Não se admitirá a proposta se ficar comprovado, ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa.
- c) Não se admitirá a proposta, se ficar comprovado não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.
- d) Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, o Ministério Público homologará diretamente a transação penal.
- e) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

**9. Sobre a suspensão condicional do processo, aponte a alternativa correta.**

- a) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por contravenção penal e, mesmo que justificado, não reparação do dano .
- b) Correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.
- c) A suspensão poderá ser revogada, se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por crime.
- d) Nos crimes em que a pena mínima cominada for inferior a dois anos, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).
- e) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).



**10. Considerando as disposições legais e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, responda corretamente.**

- a) ao pronunciar o réu, o juiz não pode reconhecer a existência de causa especial de diminuição de pena.
- b) Na organização da pauta de julgamentos, é inadmissível considerar preferências.
- c) É relativa à nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.
- d) É vedado ao juiz dar ao fato definição jurídica daquela constante na denúncia, uma vez que o acusado ficará sujeito a pena mais grave.
- e) O processo que tramitar no Tribunal do Júri deverá ser concluído em, no máximo, 180 dias.

**11. Júlio é médico e foi denunciado, após ampla investigação policial, pela prática de aborto sem consentimento. Durante a instrução, a prisão preventiva foi revogada, porém o réu continuou preso em razão de um outro processo. Finda a primeira fase do Júri, o juiz sumariamente pronunciou Júlio nos termos da denúncia. Com base no caso narrado, a sequência correta, de cima para baixo, é:**

- ( ) Júlio deverá ser intimado por edital da decisão de pronúncia.
  - ( ) Da decisão de pronúncia, caberá apelação.
  - ( ) A defesa informada deverá interpor recurso em sentido estrito.
  - ( ) Se a decisão judicial tivesse sido uma sentença de absolvição sumária, caberia, ao MP, caso insatisfeito, interpor recurso em sentido estrito.
  - ( ) Caso o juiz não tivesse convencido sobre a materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes da autoria de Júlia, o juiz deveria absolve-lo.
- a) F; F; F; V; V
  - b) V; V; V; F; F
  - c) V; F; V; V; F
  - d) F; F; F; F; V
  - e) F; F; V; F; F



**12. Com relação aos entendimentos sumulados pelos Tribunais Superiores, marque a alternativa incorreta.**

- a) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.
- b) Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
- c) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade relativa, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
- d) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- e) O conhecimento de recurso de apelação do réu independe de sua prisão.

**13. A respeito da composição do Tribunal do Júri, indica a alternativa correta.**

- a) O júri é composto por 25 jurados.
- b) Apenas 6 jurados constituirão o Conselho de Sentença
- c) O juiz presidente poderá, quando não houver juiz de carreira na localidade, ser representado por um juiz leigo.
- d) É vedado por lei que um mesmo Conselho de Sentença conheça de mais de um processo, no mesmo dia.
- e) Os jurados excluídos por impedimento, suspeição ou incompatibilidade não serão considerados para a constituição do número legal exigível para a realização da sessão

**14. Considerando as disposições legais sobre o Júri e a doutrina majoritária, marque a alternativa incorreta.**

- a) Se a testemunha, sem justa causa, deixar de comparecer, o juiz presidente, sem prejuízo da ação penal pela desobediência, aplicar-lhe-á a multa
- b) O julgamento não será adiado pelo não comparecimento do acusado que tiver sido regularmente intimado.
- c) Se o Ministério Público não comparecer, o juiz presidente não adiará o julgamento. A ausência deverá ser constada em ata e comunicada ao Procurador Geral de Justiça.
- d) Se a falta, sem escusa legítima, for do advogado do acusado, e se outro não for por este constituído, o fato será imediatamente comunicado ao presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, com a data designada para a nova sessão.
- e) Comparecendo, pelo menos, 15 (quinze) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.





**15. Sobre a instrução em Plenário do Júri, responda adequadamente à letra da lei processual penal.**

- a) Os jurados poderão formular perguntas diretamente ao ofendido e às testemunhas.
- b) É permitido o uso de algemas enquanto o réu preso permanecer em plenário.
- c) As partes e os jurados poderão requerer acareações, reconhecimento de pessoas e coisas e esclarecimento dos peritos, bem como a leitura de peças que se refiram, exclusivamente, às provas colhidas por carta precatória e às provas cautelares, antecipadas ou não repetíveis.
- d) Não se admite registro audiovisual dos depoimentos.
- e) O assistente, o querelante, o defensor e o Ministério Público, nessa ordem, poderão formular, diretamente, perguntas ao acusado.



## Gabarito

GABARITO



1. Letra B
2. Letra A
3. Letra C
4. Letra C
5. Letra B
6. Letra A
7. Letra C
8. Letra C
9. Letra A
10. Letra A
11. Letra E
12. Letra C
13. Letra A
14. Letra C
15. Letra C



## QUESTÕES COMENTADAS

1. Sobre o procedimento comum, e de acordo com o que dispõe o Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) O procedimento comum ordinário é utilizado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou superior a 6 (seis) anos de pena privativa de liberdade.
- b) O procedimento comum sumário é utilizado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja igual ou inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade
- c) O procedimento comum sumaríssimo é utilizado quando a pena mínima cominada não seja superior a 2 (dois) anos.
- d) O procedimento comum sumário é utilizado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- e) O procedimento comum ordinário é utilizado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for superior a 3 (três) anos de pena privativa de liberdade.

Comentários:

**A - Incorreta.** De acordo com o artigo 394, § 1º, I, do CPP, o procedimento comum ordinário é utilizado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for **igual ou superior a 4 (quatro) anos** de pena privativa de liberdade

**B - Incorreta.** De acordo com o artigo 394, § 1º, II, do CPP, o procedimento comum sumário é utilizado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja **inferior** a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

**C - Incorreta.** De acordo com a Lei 9.099 de 1995, a pena para a utilização do procedimento comum sumaríssimo não pode suplantar em 2 (dois) anos a pena **máxima** cominada.

**D - Correta.** É o teor do artigo 394, § 1º, II, do CPP.

**E - Incorreta.** De acordo com o artigo 394, § 1º, I, do CPP, o procedimento comum ordinário é utilizado quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for **igual ou superior a 4 (quatro) anos** de pena privativa de liberdade.

2. É causa de rejeição da denúncia ou da queixa, exceto:

- a) Se ela for manifestamente inepta.
- b) Se faltar pressuposto processual.
- c) Se faltar condição para o exercício da ação penal.
- d) Se faltar justa causa para o exercício da ação penal.



e) A existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** De acordo com o artigo 395 do CPP, são causas que dão ensejo à rejeição da denúncia ou da queixa, a sua inépcia, a falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal e, por fim, a falta de justa causa para o exercício da ação penal.

**B - Incorreta.** De acordo com o artigo 395 do CPP, são causas que dão ensejo à rejeição da denúncia ou da queixa, a sua inépcia, a falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal e, por fim, a falta de justa causa para o exercício da ação penal.

**C - Incorreta.** De acordo com o artigo 395 do CPP, são causas que dão ensejo à rejeição da denúncia ou da queixa, a sua inépcia, a falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal e, por fim, a falta de justa causa para o exercício da ação penal.

**D - Incorreta.** De acordo com o artigo 395 do CPP, são causas que dão ensejo à rejeição da denúncia ou da queixa, a sua inépcia, a falta de pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal e, por fim, a falta de justa causa para o exercício da ação penal.

**E - Correta.** A existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato, de acordo com o artigo 397, I, do CPP, é causa de absolvição sumária e não de rejeição da denúncia ou da queixa.

#### 3. Em relação ao número de testemunhas e ao prazo para a audiência no procedimento comum, aponte a alternativa correta:

- a) No procedimento comum ordinário, a defesa e a acusação poderão arrolar no máximo 6 (seis) testemunhas.
- b) A audiência no procedimento comum sumário deverá ser marcada em no máximo 60 (sessenta) dias.
- c) No procedimento comum sumário, a defesa e a acusação poderão arrolar no máximo 8 (oito) testemunhas.
- d) A audiência no procedimento comum ordinário, deverá ser marcada em no máximo 30 (trinta) dias.
- e) No procedimento comum sumário, a defesa e a acusação poderão arrolar no máximo 4 (quatro) testemunhas.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** De acordo com o artigo 401 do CPP, o número de testemunhas no procedimento comum ordinário é de 8 (oito) testemunhas para cada uma das partes.



**B - Incorreta.** De acordo com o artigo 531 do CPP, o prazo é de 30 (trinta) dias.

**C - Incorreta.** De acordo com o artigo 532 do CPP, a defesa e a acusação poderão arrolar 5 (cinco) testemunhas cada.

**D - Correta.** É o teor do artigo 400 do CPP.

**E - Incorreta.** De acordo com o artigo 532 do CPP, a defesa e a acusação poderão arrolar 5 (cinco) testemunhas cada.

#### 4. Tendo em consideração as disposições do Código de Processo Penal sobre a audiência no procedimento comum, assinale a alternativa incorreta.

- a) O juiz que presidiu a instrução deverá proferir a sentença.
- b) As provas serão produzidas numa só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.
- c) Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.
- d) No caso de registro por meio audiovisual, será encaminhado às partes cópia do registro original, com posterior necessidade de transcrição.
- e) Ordenada diligência considerada imprescindível, de ofício ou a requerimento da parte, a audiência será concluída sem as alegações finais.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** De fato, é a regra geral. Confere com o art. 399, § 2º, do CPP.

**B - Incorreta.** A assertiva confere com o art. 400, § 1º, do CPP.

**C - Incorreta.** A assertiva confere com o art. 401, caput, do CPP.

**D - Correta.** Não há necessidade de transcrição se houver registro em meio audiovisual.

**E - Incorreta.** Trata-se do art. 404, caput, do CPP.

#### 5. Trata-se de disposição legal no CPP, exceto:

- a) Os esclarecimentos dos peritos em audiência dependerão de prévio requerimento das partes.
- b) Na instrução poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa. Nesse número não se compreendem as que não prestem compromisso e as referidas.
- c) Produzidas as provas, ao final da audiência, o Ministério Público, o querelante e o assistente e, a seguir, o acusado poderão requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.



- d) Havendo mais de um acusado, o tempo previsto para a defesa de cada um será individual.
- e) O prazo máximo previsto para realização da audiência única no CPP é de 50 (cinquenta) dias.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** O CPP dispõe nesse sentido, de fato. Vide art. 400, § 2º, do CPP.

**B - Incorreta.** É nesse sentido o art. 401, caput e § 1º do CPP.

**C - Incorreta.** Trata-se da previsão do art. 402 do CPP.

**D - Incorreta.** É nesse sentido o art. 403, § 1º do CPP.

**E - Correta.** O prazo máximo correto previsto no CPP é de 60 dias. Essa é, portanto, nossa alternativa.

#### 6. Com relação ao procedimento especial dos crimes cometidos por funcionário público, aponte a alternativa correta.

- a) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- b) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de cinco dias.
- c) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de dez dias.
- d) É necessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514, do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial.
- e) Se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, o juiz suspenderá o processo.

#### Comentários:

**A - Correta.** É o teor do artigo 514 do CPP.

**B - Incorreta.** De acordo com o artigo 514 do CPP, o prazo é de 15 (quinze) dias.

**C - Incorreta.** De acordo com o artigo 514 do CPP, o prazo é de 15 (quinze) dias.

**D - Incorreta.** De acordo com a súmula 330 do STJ, "É desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514, do Código de Processo Penal, na ação penal instruída por inquérito policial".



**E - Incorreta.** De acordo com o parágrafo único do artigo 514 do CPP, se não for conhecida a residência do acusado, ou este se achar fora da jurisdição do juiz, ser-lhe-á nomeado defensor, a quem caberá apresentar a resposta preliminar.

**7. É um princípio explícito que rege o procedimento sumaríssimo, de acordo com a lei 9.099 de 1995, exceto:**

- a) A Simplicidade.
- b) Economia processual.
- c) Celeridade.
- d) Informalidade.
- e) Incongruência.

**Comentários:**

**A - Incorreta.** De acordo com o artigo 2º da Lei 9.099 de 1995, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

**B - Incorreta.** De acordo com o artigo 2º da Lei 9.099 de 1995, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

**C - Incorreta.** De acordo com o artigo 2º da Lei 9.099 de 1995, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

**D - Incorreta.** De acordo com o artigo 2º da Lei 9.099 de 1995, o processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

**E - Correta.** O princípio da incongruência não faz parte do rol do artigo 2º da Lei 9099 de 1995.

**8. A transação penal consiste na aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas. A opção pela transação é uma verdadeira mitigação ao princípio da obrigatoriedade. De acordo com a Lei 9.099 de 1995, sobre a transação penal, é correto afirmar, exceto:**

- a) Não se admitirá a proposta, se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- b) Não se admitirá a proposta se ficar comprovado, ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa.



- c) Não se admitirá a proposta, se ficar comprovado não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.
- d) Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, o Ministério Público homologará diretamente a transação penal.
- e) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

#### Comentários:

**A - Incorreta.** A alternativa está de acordo com o artigo 76, § 2º, I, da Lei 9.099 de 1995.

**B - Incorreta.** A alternativa está de acordo com o artigo 76, § 2º, II, da Lei 9.099 de 1995.

**C - Incorreta.** A alternativa está de acordo com o artigo 76, § 2º, III, da Lei 9.099 de 1995.

**D - Correta.** De acordo com o § 4º do artigo 76 da Lei 9.099 de 1995, aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

**E - Incorreta.** A alternativa está de acordo com a súmula vinculante 35.

#### 9. Sobre a suspensão condicional do processo, aponte a alternativa correta.

- a) A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por contravenção penal e, mesmo que justificado, não reparação do dano .
- b) Correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.
- c) A suspensão poderá ser revogada, se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por crime.
- d) Nos crimes em que a pena mínima cominada for inferior a dois anos, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).
- e) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).





**Comentários:**

**A - Incorreta.** De acordo com o § 3º do artigo 89 da Lei 9.099 de 1995, a suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por **outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano**

**B - Incorreta.** De acordo com o § 3º do artigo 89 da Lei 9.099 de 1995, a suspensão **será** revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime

**C - Incorreta.** De acordo com o § 5º do artigo 39 do CPP, o prazo é de 15 (quinze) dias.

**D - Incorreta.** De acordo com o artigo 89 da lei 9099 de 1995, a pena mínima cominada deve ser **igual ou inferior a um ano.**

**E - Correta.** É o teor do artigo 89 da lei 9099 de 1995.

**10. Considerando as disposições legais e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, responda corretamente.**

- a) ao pronunciar o réu, o juiz não pode reconhecer a existência de causa especial de diminuição de pena.
- b) Na organização da pauta de julgamentos, é inadmissível considerar preferências.
- c) É relativa à nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.
- d) É vedado ao juiz dar ao fato definição jurídica daquela constante na denúncia, uma vez que o acusado ficará sujeito a pena mais grave.
- e) O processo que tramitar no Tribunal do Júri deverá ser concluído em, no máximo, 180 dias.

**Comentários:**

**A - Correta.** O juiz não reconhecerá, na decisão de pronúncia, causa especial de diminuição de pena. Nesse sentido, podemos apontar o art. 413, § 1º, do CPP que nos traz os limites dessa decisão, bem como o 7º da Lei de Introdução ao Código de Processo Penal.

**B - Incorreta.** Não só é possível, como é legalmente previsto, no art. 429 do CPP, a questão preferencial na ordem de julgamentos.

**C - Incorreta.** Segundo a Súmula 156 do STF, a nulidade é absoluta.

Súmula 156-STF: É absoluta a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório.

**D - Incorreta.** O art. 418 do CPP admite a emendatio libelli no procedimento do Júri, desde que ocorra durante a primeira fase.



Art. 418. O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, embora o acusado fique sujeito a pena mais grave.

**E- Incorreta.** Segundo o art. 412 do CPP, o prazo máximo é de 90 dias. **Recorrente em provas!**

11. Júlio é médico e foi denunciado, após ampla investigação policial, pela prática de aborto sem consentimento. Durante a instrução, a prisão preventiva foi revogada, porém o réu continuou preso em razão de um outro processo. Finda a primeira fase do Júri, o juiz sumariamente pronunciou Júlio nos termos da denúncia. Com base no caso narrado, a sequência correta, de cima para baixo, é:

- ( ) Júlio deverá ser intimado por edital da decisão de pronúncia.
  - ( ) Da decisão de pronúncia, caberá apelação.
  - ( ) A defesa informada deverá interpor recurso em sentido estrito.
  - ( ) Se a decisão judicial tivesse sido uma sentença de absolvição sumária, caberia, ao MP, caso insatisfeito, interpor recurso em sentido estrito.
  - ( ) Caso o juiz não tivesse convencido sobre a materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes da autoria de Júlia, o juiz deveria absolvê-lo.
- a) F; F; F; V; V
  - b) V; V; V; F; F
  - c) V; F; V; V; F
  - d) F; F; F; F; V
  - e) F; F; V; F; F

### Comentários:

A primeira assertiva está **incorreta**. Como se trata de réu preso, Júlio deverá, obrigatoriamente, ser intimado pessoalmente.

A segunda assertiva está **incorreta**. O recurso cabível é o recurso em sentido estrito (art. 581, IV, do CPP).

A terceira assertiva está **correta**. De fato, em fase de decisão de pronúncia do réu, o recurso a ser manejado é o recurso em sentido estrito, conforme art. 581, IV, do CPP.

A quarta assertiva está **incorreta**. O recurso cabível seria a apelação. Nesse sentido, art. 416 do CPP.

A quinta assertiva está **incorreta**. O caso seria, na verdade, de uma sentença de impronúncia. Nesse sentido, art. 414 do CPP.



Assim, a sequência correta é F; F; V; F; F logo a alternativa **"E" é a correta.**

**12. Com relação aos entendimentos sumulados pelos Tribunais Superiores, marque a alternativa incorreta.**

- a) A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela Constituição estadual.
- b) Não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.
- c) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade relativa, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
- d) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- e) O conhecimento de recurso de apelação do réu independe de sua prisão.

**Comentários:**

**A - Incorreta.** É o exato teor da Súmula 712 do STF.

**B - Incorreta.** É o exato teor da Súmula 723 do STF.

**C - Correta.** Segundo a Súmula 523 do STF, a falta de defesa constitui uma nulidade absoluta.

**D - Incorreta.** É o exato teor da Súmula Vinculante n. 35.

**E- Incorreta.** É o exato teor da Súmula 347 do STJ.

**13. A respeito da composição do Tribunal do Júri, indica a alternativa correta.**

- a) O júri é composto por 25 jurados.
- b) Apenas 6 jurados constituirão o Conselho de Sentença
- c) O juiz presidente poderá, quando não houver juiz de carreira na localidade, ser representado por um juiz leigo.
- d) É vedado por lei que um mesmo Conselho de Sentença conheça de mais de um processo, no mesmo dia.
- e) Os jurados excluídos por impedimento, suspeição ou incompatibilidade não serão considerados para a constituição do número legal exigível para a realização da sessão



**Comentários:**

**A - Correta.** É como dispõe o art. 447 do CPP acerca da composição do Tribunal do Júri.

**B - Incorreta.** O art. 447 do CPP determina que 7 (sete) jurados irão constituir o Conselho de Sentença.

**C - Incorreta.** Segundo o art. 447 do CPP, o juiz presidente deverá ser um juiz togado, obrigatoriamente.

**D - Incorreta.** Ao contrário do que a alternativa dispõe, o art. 452 do CPP afirma: *O mesmo Conselho de Sentença poderá conhecer de mais de um processo, no mesmo dia, se as partes o aceitarem, hipótese em que seus integrantes deverão prestar novo compromisso.*

**E - Incorreta.** Ao contrário, tais jurados computam o número legal exigível para a realização da sessão. Nesse sentido: art. 451 do CPP.

**14. Considerando as disposições legais sobre o Júri e a doutrina majoritária, marque a alternativa incorreta.**

- a) Se a testemunha, sem justa causa, deixar de comparecer, o juiz presidente, sem prejuízo da ação penal pela desobediência, aplicar-lhe-á a multa
- b) O julgamento não será adiado pelo não comparecimento do acusado que tiver sido regularmente intimado.
- c) Se o Ministério Público não comparecer, o juiz presidente não adiará o julgamento. A ausência deverá ser constada em ata e comunicada ao Procurador Geral de Justiça.
- d) Se a falta, sem escusa legítima, for do advogado do acusado, e se outro não for por este constituído, o fato será imediatamente comunicado ao presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, com a data designada para a nova sessão.
- e) Comparecendo, pelo menos, 15 (quinze) jurados, o juiz presidente declarará instalados os trabalhos, anunciando o processo que será submetido a julgamento.

**Comentários:**

**A - Incorreta.** É nesse sentido o art. 458 do CPP.

**B - Incorreta.** É nesse sentido o art. 457, caput, do CPP.

**C - Correta.** A alternativa apresenta erro crasso, logo é a nossa resposta. Segundo dispõe o art. 455 do CPP, na ausência do representante do MP, o juiz presidente adiará o julgamento para o primeiro dia desimpedido da mesma reunião, científicas as partes e as testemunhas.



**D - Incorreta.** É como dispõe o art. 456, caput, do CPP.

**E- Incorreta.** É o exato teor do art. 463, caput, do CPP.

**15. Sobre a instrução em Plenário do Júri, responda adequadamente à letra da lei processual penal.**

- a) Os jurados poderão formular perguntas diretamente ao ofendido e às testemunhas.
- b) É permitido o uso de algemas enquanto o réu preso permanecer em plenário.
- c) As partes e os jurados poderão requerer acareações, reconhecimento de pessoas e coisas e esclarecimento dos peritos, bem como a leitura de peças que se refiram, exclusivamente, às provas colhidas por carta precatória e às provas cautelares, antecipadas ou não repetíveis.
- d) Não se admite registro audiovisual dos depoimentos.
- e) O assistente, o querelante, o defensor e o Ministério Público, nessa ordem, poderão formular, diretamente, perguntas ao acusado.

**Comentários:**

**A - Incorreta.** O CPP determina, no art. 473, § 2º, que as perguntas devem ser formuladas por intermédio do juiz presidente

**B - Incorreta.** O uso de algemas sempre será excepcional. O CPP dispõe sobre esse assunto no art. 474, § 3º. Sua redação é de importante leitura.

Art. 474, § 3º - Não se permitirá o uso de algemas no acusado durante o período em que permanecer no plenário do júri, salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade física dos presentes.

**C - Correta.** É o exato teor do art. 473, § 3º, do CPP.

**D - Incorreta.** Ao contrário, o registro dos depoimentos e do interrogatório será feito pelos meios ou recursos de gravação magnética, eletrônica, estenotipia ou técnica similar, destinada a obter maior fidelidade e celeridade na colheita da prova.

**E- Incorreta.** A ordem correta é: Ministério Público, o assistente, o querelante e o defensor.



Espero que tenha gostado.  
Forte Abraço, querido Aluno.



*@alexandre\_segredo*





# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.